

# EFEITO DOMINÓ o custo da violência

**Kalinka Iaquinto**, do Rio de Janeiro

A imagem que o brasileiro faz de si mesmo — um povo alegre, hospitaleiro e pacífico — não combina com os dados sobre violência e criminalidade registrados no país. O Brasil é a 18ª nação mais violenta do mundo, segundo o Instituto Avante Brasil, fato que o insere em um ciclo vicioso e que o impede de alcançar maior progresso social e econômico. O Relatório do Desenvolvimento Humano 2013, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), aponta que a insegurança nos países da América Latina é entrave a esses avanços e faz um alerta: somente medidas de controle da criminalidade não são suficientes, é preciso aliar a elas políticas públicas capazes de promover melhores condições de vida às pessoas, via prevenção da criminalidade e da violência, sem deixar de lado um crescimento econômico inclusivo e a consolidação de instituições de segurança e de justiça eficazes. Mais que isso, o Brasil precisa olhar para seus jovens, principais vítimas da violência. Ou seja, o atual quadro é um mau negócio, tanto para a população quanto para empresas nacionais e estrangeiras, assim como para o Estado brasileiro.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013 salienta que a violência tem impactos negativos na confiança em perspectivas de desenvolvimento futuro, além de reduzir a competitividade das indústrias e serviços uma vez que impõe pesados custos de segurança e acaba por prejudicar o clima de investimento. O levantamento pontua ainda que gastos excessivos com o combate à violência poderiam ser direcionados a outras áreas, como saúde e educação. Paralelo a isso, a Organização das Nações Unidas (ONU) considera inaceitáveis taxas acima de 10 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. No Brasil, esse indicador é de 24,3 por cada 100 mil habitantes, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2013, taxa que se contrapõe à média mundial de 6,9 homicídios por 100 mil pessoas (189 países avaliados).

“Nós temos um problema no país onde a própria segurança pública vai estrangular os ambientes de negócios e de investimentos, vai estrangular o crescimento da economia porque você vai ter que investir tanto em segurança privada e pública que, no fundo, o custo da violência vai tornar o Brasil muito menos competitivo do que já é, sendo que o país não é competitivo frente às principais economias do mundo”, avalia Renato Sérgio de Lima, coordenador geral do Anuário.

Vale destacar que o Brasil passou, neste ano, da 48ª para a 56ª posição dos 148 países analisados no Relatório Global de Competitividade, editado pelo Fórum Econômico Mundial (WEF na sigla em inglês). No levan-

tamento, os quesitos violência e criminalidade não foram considerados, sendo a queda provocada pela falta de infraestrutura básica, o pessimismo do empresariado e a deterioração macroeconômica. Entretanto, na análise de especialistas não significa que os índices de criminalidade fiquem de fora. Ao contrário, eles são importantes, contudo poucos são os estudos que associam esses números aos indicadores econômicos.

Leandro Piquet, professor e pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo (NUPPs/USP), faz análise semelhante à de Lima. Segundo ele, países muito violentos apresentam,

como impacto direto e mais imediato, perdas de investimento externo. “O crime, de forma acentuada e rápida numa sociedade, produz vários efeitos que têm consequências no crescimento, no desenvolvimento econômico, na formação de capital humano. Sendo que o principal é, basicamente, afetar a questão do investimento no país”, pontua. E vai além ao ressaltar que os índices de violência e criminalidade têm forte impacto sobre o mercado de trabalho, uma vez que incidem diretamente na formação do capital humano, tendo reflexos no acesso à educação.

Como o crime afeta, geralmente, pessoas mais jovens, isso gera uma

## Mercado aquecido

Em 2008 a cidade do Rio de Janeiro passou a implantar Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em suas zonas conflagradas. De lá para cá, mesmo sob críticas, muitos foram os avanços verificados nessas regiões. Avanços que vão desde aspectos relacionados à segurança, como também ao incremento econômico dessas localidades.

Claudio Frischtak, presidente da InterB, e o pesquisador norte-americano Benjamin Mandel são autores do levantamento “Crime, preços de imóveis e desigualdade: o efeito das UPPs no Rio de Janeiro”, que visa analisar as implicações da política de pacificação adotada na capital do estado sobre os preços dos imóveis. Constatou-se que, no período analisado, as regiões estudadas apresentaram redução de 14% nas taxas de homicídios e de 20% no índice de roubos. Paralelo a isso, o crescimento médio dos preços dos imóveis foi de 15%, mostrando a possibilidade de reversão de um quadro de desvalorização imobiliária.

“Em uma área degradada pela violência, as pessoas tendem a fugir dessa região, a oferta da venda de imóveis aumenta, o preço cai, e aí você tem uma grande perda de imóveis nessas localidades”, destaca Daniel Cerqueira, diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Mas não apenas isso. O pesquisador aponta que regiões mais violentas podem ter impacto no padrão de consumo e desestimular negócios locais. “As pessoas em vez de consumir determinados bens mais caros, mudam o padrão de consumo para se proteger. Por outro lado, em lugares onde há muita violência, pode-se ter um desestímulo aos negócios. Não só porque a demanda eventualmente está mais fraca, mas porque do lado da oferta as firmas têm custos operacionais”, diz ao lembrar que mesmo que esses efeitos sejam residuais, podem ser consideráveis.



“Quando a taxa de crimes é muito alta, você encontra situações nas quais os mais jovens simplesmente decidem pelo caminho mais fácil e não por educação, não pela poupança, não por cuidar da saúde. Os efeitos da formação de capital e da capacidade de trabalho são muito acentuados”

*Leandro Piquet*

mudança na taxa de desconto do futuro desse jovem de forma acentuada e, conseqüentemente, impacta a decisão de investir em ações que têm benefício de longo prazo. “Quando a taxa de crimes é muito alta, você encontra situações nas quais os mais jovens simplesmente decidem pelo caminho mais fácil e não por educação, não pela poupança, não por cuidar da saúde. Os efeitos da formação de capital e da capacidade de trabalho são muito acentuados”, destaca Piquet.

Para tentar reverter esse quadro, o país vem, ano após ano, investindo em ações de segurança pública e aumentando os gastos com o setor. Em 2012, despendeu cerca de R\$ 61,1 bilhões — aumento de 16% em relação a 2011. Montante alto, mas que não conseguiu frear as taxas de criminalidade: homicídios tiveram aumento de 7,8% em

relação a 2011, e a taxa de estupro alcançou a marca de 26,1 ocorrências por 100 mil habitantes, 18,7% acima da registrada em 2011, indicando que esse é um tipo de crime que vem crescendo no país.

### **Qualidade e não quantidade**

A saída, apontam especialistas, não está apenas no volume de recursos aportado, mas também na qualidade dos gastos. Estima-se que 40% do valor aplicado em segurança no ano passado tenha sido direcionado para aposentados e inativos, despesas da seguridade social e não de segurança pública propriamente dita. Além disso, parte dos 60% restantes diz respeito ao pagamento de salários do efetivo policial.

O que se observa é que o país gasta mal, com uma alocação ineficiente dos recursos e com resultados muito abaixo dos padrões internacionais de segurança. “Nosso sistema é estruturado para ser ineficiente e muitas vezes ele faz com que gastemos muito, mas muito mal, e sem margem para investimento, para modernização de sistema”, analisa Lima. E emenda: “Uma hora isso estoura e a gente vai ter que pagar essa conta. Gastamos quase dez vezes mais do que o crescimento do país, ou seja, não é investimento, é correr atrás do prejuízo”, ressalta ao lembrar que o PIB de 2013 teve crescimento de apenas 1,5%, o que, aliado ao aumento verificado na última década com as despesas em segurança pública, em pouco tempo pode levar o Estado e as unidades

federativas a não terem mais capacidade de financiar o setor.

Além disso, os custos da violência têm ecos em outras áreas. Dados do levantamento Mapa da Violência 2013 – Acidentes de Trânsito, com base no Sistema de Internações Hospitalares (SIH) do Ministério da Saúde, mostram que, em 2011, o Brasil gastou R\$ 210,8 milhões com internações hospitalares por acidentes de trânsito. Destaca-se que apenas acidentados mais graves são considerados, pois demandam internação. “As internações são apenas uma pequena fração do custo direto. Mas também temos custos com ambulâncias, atendimento no local do acidente, custos de pós-internação e outros que deixam de ser considerados”, exemplifica Julio Jacobo Waiselfisz, sociólogo responsável, há 15 anos, pelo levantamento Mapa da Violência.

“Existem várias conseqüências do crime e da violência sobre a economia e o bem-estar. Existem determinados custos que são explícitos, arcados pelo Estado, outros pela sociedade e existem também aqueles custos intangíveis que são os que não são pagos financeiramente, mas têm valor econômico”, avalia Daniel Cerqueira, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) ao lembrar que além de impactos no sistema público de saúde, o Estado arca ainda com despesas por mortes violentas, via pagamento de pensões, afastamentos de trabalho por traumas físicos ou psicológicos etc. “Você tem por um lado um custo financeiro enorme para o Estado que, numa situação sem violência, poderia ser minimiza-

do e os recursos realocados em outros setores que poderiam gerar bem-estar à sociedade”, alerta.

### Interiorização

Além de pesar mais nos cofres públicos, a violência no país, mesmo que contida em algumas regiões, vem crescendo. A partir dos anos 2000, o perfil da violência brasileira muda, assim como a motivação dos crimes. Regiões maiores e antes com altos índices de criminalidade passam a aportar mais recursos na área e a adotar novas políticas de segurança, que conquistam resultados efetivos, especialmente em função de suas continuidades.

Em São Paulo, segundo dados da Secretaria Estadual de Segurança Pública, o número de homicídios dolosos caiu 72% entre 1999 e 2011. No mesmo período, o orçamento da pasta aumentou cinco vezes, chegando a R\$ 11,9 bilhões no ano retrasado. O estado, assim como o Rio de Janeiro, com a política de pacificação, e Pernambuco, com o programa Pacto pela Vida, é considerado pelos especialistas um dos *cases* de sucesso do país. Já Alagoas, apresenta a maior taxa de homicídios, mesmo tendo conseguido, de 2011 para 2012, obter redução de 21,9% nos seus indicadores.

Para entender a escalada de violência, Leandro Piquet, da USP, ressalta que o importante é avaliar os gastos dos estados. Na análise do cientista político, há no país um problema na distribuição dos recursos, com forte variação entre os estados: apesar do aumento com a despesa *per capita*

## Referência nacional



De primeiro lugar no ranking nacional da violência para a sexta posição. Esse foi o salto de Pernambuco nos últimos seis anos. O estado reduziu em mais de 60% a taxa de letalidade saindo de um patamar de 70 mortes por 100 mil habitantes para, em 2012, registrar 39 mortes a cada 100 mil. Isso é fruto da implantação do programa Pacto pela Vida — que contém mais de cem ações, monitoradas mensal ou semanalmente, e algumas dentro do protocolo diário das polícias —, política de segurança pública que surgiu após um profundo diagnóstico da situação de violência no estado. “Procuramos descobrir por que Pernambuco não estava no caminho certo. A partir disso, elaboramos planos estratégicos, com o intuito de verificar o que era necessário em termos de investimentos — mais policiais, capacitações, melhores condições de trabalho, novas unidades —, e operacionais, que são as ações que foram concebidas justamente para enfrentar cirurgicamente a violência”, destaca Wilson Damázio, secretário de Defesa Social do estado.

O secretário ressalta que os principais problemas encontrados na época foram: poucas prisões em flagrante, baixa instauração e conclusão de inquéritos policiais e, por parte do Ministério Público, quantidade ínfima de denúncias. Para solucionar os problemas, a solução foi dividir o estado em três regiões. A primeira compreendida pela capital, Recife, e região metropolitana; a segunda pela Zona da Mata e Agreste (Interior 1); e a terceira pelo Sertão (Interior 2).

“A violência letal era nosso principal problema, com grupos de extermínio na região metropolitana e Interior 1. Por isso, nosso objetivo é enfrentar esses grupos com o apoio do Departamento de Homicídios e a reestruturação do Departamento de Narcóticos. Além disso, investimos fortemente na área de inteligência”, destaca Damázio ao pontuar que perceberam outras áreas em que o estado pecava, como em relação à violência contra a mulher e crianças e adolescentes. “Ao notar isso, criamos políticas específicas voltadas a esses públicos e também a Patrulha do Bairro e a Polícia Amiga que interage diretamente com a comunidade via associação de moradores e líderes comunitários e religiosos, por exemplo. Uma forma de aproximar o policial do cidadão”, emenda.

Nos mais de seis anos de projeto lançado em maio de 2007, o efetivo dobrou e hoje conta com 29 mil policiais e bombeiros, média de um policial para cada 300 habitantes. Também dobraram os recursos: “Em investimentos gerais partimos de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 2,4 bilhões por ano. Na área de custeio, partimos de R\$ 20 milhões para R\$ 100 milhões e para manutenção da máquina, hoje contamos com R\$ 400 milhões contra os antigos R\$ 100 milhões”, assinala ao lembrar que no decorrer dos anos a estrutura do projeto se manteve. “A espinha dorsal não foi modificada. Mas a gente vem avançando, melhorando as ações e criando novas, sempre dentro da filosofia do pacto que é de trabalho integrado com a comunidade, com outros órgãos, e de trabalho integrado entre as polícias”, enfatiza.

O sucesso do programa ganhou fama internacional, o Pacto pela Vida foi reconhecido como uma política bem-sucedida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e já levou estados como Bahia, Acre, Paraíba e o Distrito Federal a procurarem a secretaria pernambucana para trocar impressões sobre a iniciativa. Delmázio defende a ideia: “O projeto deve ser aproveitado por outros estados. O Pacto pela Vida deveria ser transformado em uma política nacional de segurança pública”, sugere.

em segurança, algumas unidades da federação concentram esses avanços. “Há estados que comprometem parte importante do seu orçamento com segurança, São Paulo principalmente, considerados o sistema carcerário e a justiça. Mas há outros que vivem ondas de crimes violentos, especialmente os do Nordeste, que não acompanham o problema”, destaca ao ponderar que, paralelo a isso, unidades da federação menores e menos ricas ficam reféns dos planos federais, diferentemente de regiões com economias maiores.

Nota-se que localidades que nos últimos 13 anos tiveram suas economias alteradas em função do momento econômico do país, passam a contar com um novo cenário e esse quadro acaba por ser um dos responsáveis por transferir a violência para essas cidades. “Essa migração do polo dinâmico da violência come-

ça a acontecer na virada do século, quando há também uma migração dos investimentos para regiões antes pouco trabalhadas. Tem-se então a criação de uma série de polos no interior dos estados, ou mesmo em outros estados, mas que até então não tinham tradição desenvolvimentista nem estrutura para enfrentar o novo modelo de violência. Um sistema de segurança arcaico, muito tradicional, pouco aparelhado, com um sistema pouco adequado à nova realidade da violência no Brasil”, corrobora Jacobo Waiselfisz.

Cerqueira acredita que a isso se soma outro fenômeno: o crescimento do mercado de drogas. “São dois os vetores que, de alguma maneira, condicionam os dados de homicídios nos anos 2000. Um tem a ver com variáveis locais, com expansão do mercado de droga para as cidades mais interioranas. O ou-

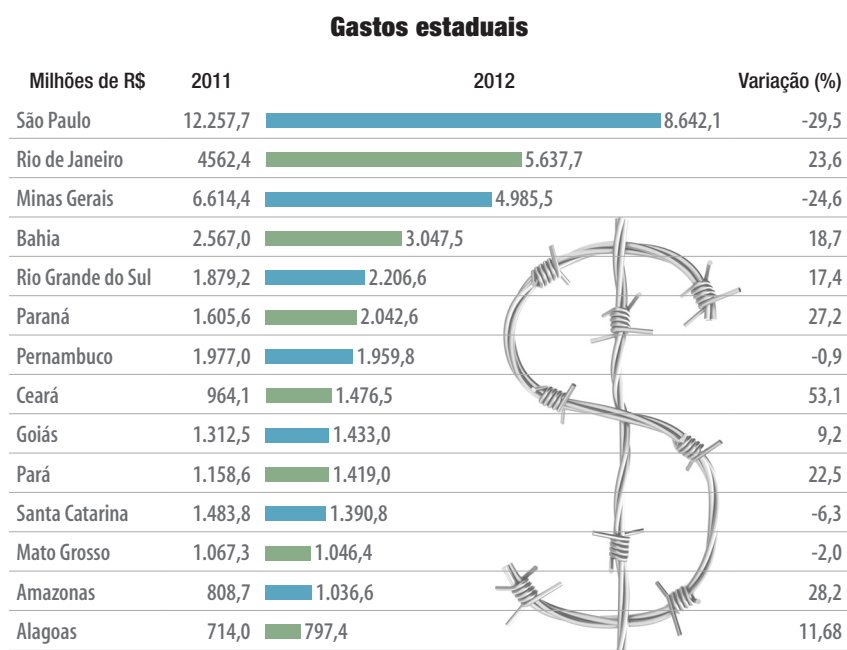
tro vetor tem relação com políticas estaduais”, destaca.

Para Rodrigo Leandro de Moura, pesquisador da área de Economia Aplicada do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), além desses fatores, contribuiu para a interiorização da violência o fato de que o fim do bônus demográfico é mais eminente nas regiões metropolitanas. “O menor crescimento populacional, que passa pela diminuição da proporção de jovens na população, está ocorrendo mais fortemente agora nos grandes centros. Esses fatores demográficos, aliados às políticas de segurança, podem ter empurrado a criminalidade para fora dos grandes centros”, avalia.

## De baixo para cima

Com o aumento da criminalidade e da violência nos grandes centros e cidades menores, o governo federal lançou ano passado o programa Brasil Mais Seguro, o qual integra o Plano Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, a fim de reduzir a criminalidade e a impunidade — focado especialmente nos estados do Nordeste e com três linhas de atuação: melhoria da investigação de mortes violentas, fortalecimento do policiamento ostensivo e de proximidade, e o controle de armas. O programa piloto teve início em Alagoas, com aportes de R\$ 25 milhões, e hoje também está em execução em Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba.

“O objetivo desse programa é trazer a integração entre os sistemas de segurança pública, de justiça e o prisional.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Ele busca reforçar a investigação, trazendo a perícia para um patamar de excelência, capaz de oferecer à polícia judiciária provas robustas para que, ao chegar ao Ministério Público, que é o detentor da ação criminal, esse órgão tenha condições efetivas de fazer a denúncia e, com isso, ao final, termos o cumprimento da pena”, explica Regina Miki, da Secretaria Nacional de Segurança Pública. De acordo com a secretária, o programa propõe ainda alterar o sistema prisional, impondo alternativas à pena de prisão para crimes de menor potencial ostensivo. “Isso para que essas pessoas possam ter sua recuperação fora do sistema porque dentro nós só queremos aqueles que realmente cometem crimes com potencial altamente ostensivo e que precisam da privação de liberdade. Esse é o entendimento do Brasil Mais Seguro”, destaca.

Contudo, a iniciativa não é uma unanimidade entre os especialistas. Piquet defende que a atual política é melhor que as antigas, mas que o país não pode buscar uma única política, ancorada no governo federal. “Podemos ganhar com as diferenças

dos estados se o governo central for capaz de avaliar o que está sendo feito”, defende. Renato Lima concorda: “A criminalidade urbana do país hoje é muito mais heterogênea, muito mais complexa. Não adianta a gente pensar em uma resposta única. Ou o Estado se torna mais eficiente, mais dinâmico, capaz de atuar orientado por problemas, por resultados. Fazer como as polícias mais modernas do mundo ou vai ficar sempre correndo atrás de novos padrões de criminalidade”. E defende as ações com participação comunitária, uso intensivo de informações e fortalecimento da dimensão de inteligência. “Articulação entre as diferentes esferas de poder e governo para que as informações cheguem e possam ser utilizadas na prevenção e no estancamento do crime”, completa.

E entre essas alterações estão velhos pedidos: desde a regulamentação de diversos artigos da Constituição, passando pelo incremento das taxas de resolução de inquéritos, atuação e divisão das polícias. A reforma das polícias, tema espinhoso e antigo, é comparada pelos especialistas à

**Os homicídios são a principal causa das mortes de jovens entre 15 e 24 anos, afetando mais os homens, negros, moradores das periferias e de áreas metropolitanas dos centros urbanos. E 63,4% das mortes de jovens se devem a homicídios, acidentes de transporte e suicídios**

tributária: necessária, mas quase impossível. “Ela nunca vai acontecer, não do jeito que os agentes individualmente planejam”, diz Piquet ao criticar o que chama de cemitério de PECs enterradas no Congresso Nacional. “Não acho que a reforma das polícias, a unificação das polícias, hoje seja um tema prioritário. Nos últimos anos vários estados, diversos casos bem-sucedidos, indicam que é possível conseguir muito sem mudar as estruturas. Se São Paulo reduziu em 80% a sua taxa de homicídios, Pernambuco mais de 50%, Rio mais de 30%, é sinal de que, mesmo com uma estrutura institucional difícil, é possível resolver caso a caso”, avalia. Renato Lima concorda em parte: “Não quer dizer que a gente precisa ter uma única polícia, não defendemos a unificação, mas as polícias precisam começar e terminar uma ocorrência. É o que a gente chama de ciclo completo de policiamento”.

## Sistema prisional brasileiro

- Número de presos em 2012: 549.786, 6% a mais que em 2011.
- Número de presos provisórios em 2012: 195.731, 12,6% a mais que em 2011.
- Déficit de vagas carcerárias em 2012: 211.741, 20% a mais que em 2011.
- Em 2011, 19.595 adolescentes cumpriram algum tipo de medida socioeducativa privativa de liberdade:
  - 13.362 em regime de internação;
  - 4.315 em medida de internação provisória; e
  - 1.918 em semiliberdade.
- Do total de adolescentes cumprindo penas, 38,1% haviam cometido roubos, 26,8% estavam envolvidos com o tráfico de drogas; e 8,4% praticando homicídios.



“A violência tem impacto negativo para o bem-estar e para o desenvolvimento econômico. Ela afeta a decisão de famílias em relação a ter ou não filhos, mortalidade, estilo de vida, e isso é um problema grave”

**Rodrigo Leandro de Moura**

Indo mais além, não só a estrutura das polícias precisa ser revista, sob o aspecto institucional, mas também a forma de agir necessita de revisão. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram que diariamente cerca de cinco pessoas morrem vítimas da intervenção policial no Brasil. Média 4,6 vezes maior que a registrada nos Estados Unidos. E esse cenário explica, em parte, a falta de confiança que os brasileiros têm nas polícias. Segundo o Índice de

Confiança na Justiça (ICJ Brasil), feito pela Escola de Direito de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/ Direito-SP), mostra que 70,1% da população não confia nas polícias. Número que contrasta com o verificado em outros países: na Inglaterra 82% da população confia em suas polícias e nos EUA 88% têm essa opinião.

“O Ministério Público costuma sempre vir na terceira posição, atrás da Igreja e das Forças Armadas, porque é um poder muito fechado e a população sabe muito pouco sobre o que ele faz. Diferente do Judiciário e muito diferente da polícia que tem um contato quase diário com a população”, avalia Luciana Oliveira, pesquisadora da FGV e membro do (ICJ Brasil).

### Vidas em xeque

O custo mais difícil de mensurar e um dos mais importantes, seja do ponto de vista social ou econômico, diz respeito às vidas perdidas. O Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil, produzido por Julio Jacobo Waiselfisz, e divulgado

pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pela Secretaria Nacional da Juventude, mostra que hoje os homicídios são a principal causa das mortes de jovens entre 15 e 24 anos. Sendo os mais afetados os homens, negros, moradores das periferias e de áreas metropolitanas dos centros urbanos. O levantamento aponta que 63,4% das mortes de jovens se devem a homicídios, acidentes de transporte e suicídios. No caso dos acidentes de transportes, os perfis se alteram: morrem mais brancos e de classes mais altas.

Esse estudo vai ao encontro da pesquisa “Custo da juventude perdida no Brasil”, de Daniel Cerqueira (Ipea) e Rodrigo Leandro de Moura (FGV/ IBRE). Os dois demonstram que as mortes prematuras representam um custo do bem-estar social, pois diminuem a expectativa de vida dos brasileiros e, conseqüentemente, a capacidade de produção e consumo dos cidadãos. “A violência tem impacto negativo para o bem-estar e para o desenvolvimento econômico. Ela afeta a decisão de famílias em relação a ter ou não filhos, mortalidade, estilo de vida, e isso é um problema grave”, pontua Moura ao lembrar que ao longo dos séculos existem evidências de que nações tiveram avanços econômicos coincidentes com quedas nas taxas de mortalidade e aumento da expectativa de vida, “o que incentiva a investir em capital humano e educação”.

O problema é que no Brasil o capital humano tem sido diretamente afetado pela morte de jovens. Em 1996 a taxa de homicídios de pessoas nessa faixa etária era de 42,4 por 100 mil, em 2011 esse número estava em 53,4.

### Dados da vitimização e letalidade policial

País	Pessoas mortas em confrontos com policiais em serviço	Policiais mortos em serviço	Taxas de homicídios	População
Brasil	1890	89	24,3	193.976.530
México	1652	740	23,7	119.361.233
África do Sul	706	-	30,9	51.189.307
Venezuela	704	-	45,1	27.190.882
EUA	410	95	4,09	311.587.816
República Dominicana	268	62	25,0	10.016.797
Reino Unido	115	10	1,0	9.205.651
Canadá	-	1	1,5	33.726.915

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.



“E nossos jovens estão morrendo cada vez mais jovens”, alerta Daniel Cerqueira. Na década de 1980, o pico das mortes se dava aos 25 anos. Em 2011 a idade caiu para 21.

Nessa idade, a violência, apontam os pesquisadores, pode responder por uma perda de expectativa de vida ao nascer dos homens de até dois anos e sete meses, caso de Alagoas. “O que observamos é que no Nordeste a perda da expectativa de vida e as taxas de homicídios são muito mais altas que em outras regiões”, avalia Moura. Os cálculos indicam ainda perda significativa de bem-estar social: R\$ 79 bilhões por ano, ou 1,5% do PIB brasileiro. No caso dos estados, esse percentual chega a 6% do PIB em Alagoas, unidade em que o impacto negativo é maior.

“Calculamos essa perda pensando na ideia de seguro, afinal o valor de uma vida deve ser infinito, então pensamos em quanto deveria ser pago como um seguro contra o risco de morte”, diz Moura. A pesquisa considerou diversos aspectos como

expectativa de vida da pessoa, a perda dessa expectativa, o que deixa de ganhar no mercado de trabalho e quanto deixaria de consumir.

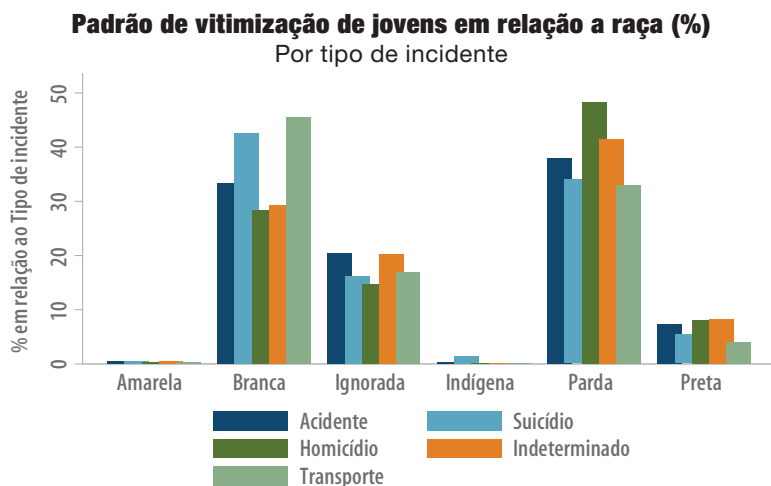
### Componente perverso

Alagoas, além de se mostrar o estado mais violento, em linha com as demais pesquisas, é também o mais perigoso para negros: a taxa é de 17,4 negros mortos para cada vítima de outra cor. Considerando-se apenas a população negra da unidade, a taxa fica em 76 mortes em cada grupo de 100 mil pessoas. Outro estudo de Cerqueira e Moura, “Vidas perdidas e racismo no Brasil”, mostra que as chances de negros serem vítimas de violência letal no Brasil são muito maiores que as de não negros (brancos, índios e amarelos).

O levantamento aponta que somado à situação socioeconômica e ao acesso desigual às políticas públicas, o racismo influencia diretamente os índices de mortes violentas entre negros, especialmente homens e

Somado à situação socioeconômica e ao acesso desigual às políticas públicas, o racismo influencia diretamente os índices de mortes violentas entre negros, especialmente homens e com baixa escolaridade. A taxa de homicídios para negros é de 36 em cada 100 mil pessoas, ao passo que entre os não negros é de 15,2

com baixa escolaridade. Segundo o estudo, feito com bases em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de homicídios para negros é de 36 em cada 100 mil pessoas, ao passo que entre os não negros é de 15,2. A proporção é de 2,4 negros por 1 não negro. E essa tendência é verificada em todas as unidades da federação, exceto no Paraná. Com isso, a expectativa da população masculina negra cai: 3,5 anos para negros, contra 2,57 anos para os não negros. No caso de Alagoas, considerando-se apenas as mortes decorrentes de homicídios, essa perda chega a 4,08 anos. “Essa diferença não se explica apenas por questões econômicas. Certamente o racismo é um componente a ser considerado”, afirma Cerqueira, do Ipea. E emenda: “Essas reduções são fundamentais para se considerar o desenvolvimento dessas regiões”. ■



Fonte: MS/SVS/DASIS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM. Período 1996 a 2010. Elaboração DIEST/IPEA. Considerou-se apenas os jovens entre 15 e 29 anos.